**CURIOSIDADE MONETÁRIA**

**(A moeda, de Getúlio a Fernando Henrique)** Também contou com o malabarismo da “trinca” Collor, Kandir e Zélia.

Até novembro de 1942 circulava no Brasil o “Réis” que pelo aviltamento do seu valor, o padrão monetário era representado por “mil réis” (RS 1$000) isto é, mil unidades, popularmente cognominado por “dez tostões”. O tostão era obviamente a décima parte do “mil réis” e com que se comprava o pãozinho de 50 gramas que, por sua vez, era chamado de pão de tostão. O tostão era equivalente a cem réis (RS $100), a menor moeda divisionária. O cem réis era tão popular – tanto quanto o tostão – que servia até para denominar as localidades, pontos de secção dos bondes de Nictheroy como: Ponto Cem Réis de Santana; Ponto Cem Réis de Santa Rosa, no Largo do Marrão.

Por decreto do então “presidente” Getúlio Vargas (decreto era a forma de legislar de que o ditador dispunha, substituindo o Legislativo – que não havia mercê do golpe de 1937 –isto é, o mesmo que “medida provisória”, só que não camuflado, era decreto mesmo, entrava em vigor na data da publicação humilhando toda a população e anulando (denegrindo) a cidadania como o é, agora, a “MP” que bota no chão a cara dos parlamentares e envergonha os brasileiros), por decreto, dizia, em novembro de 1942 foi criado o Cruzeiro (Cr$ 1,00) para substituir o “mil réis” (RS 1$000) simplificando a representação numérica com o corte de três zeros seu fracionamento representado apenas por dois algarismos. Já naquela época o segundo algarismo do fracionamento, isto é, o centavo não tinha valor prático para troca por mercadoria no varejo visto que a menor moeda divisionária era dez centavos (Cr$ 0,10) equivalentes aos cem réis extintos com o decreto.

De maior longevidade, desde então, o Cruzeiro de Getúlio Vargas embora apelidado de “Zé Cruzeirinho” pelos humoristas da época (quase sempre representado por um mendigo frente ao pujante e atlético dólar), sobreviveu até 1967, quando foi criado, também por ato discricionário – sempre pela baixa moral dos políticos, expulsos das câmaras com seu fechamento ou com assento nelas; alguns, para dizer amém ao arbítrio do Executivo e levar suas vantagens pessoais vergonhosas e indecentes – o “Cruzeiro Novo” que obedeceu a um processo paulatino partindo da exclusão, em dezembro de 1964, dos centavos, até fevereiro de 1967 quando, então, foram excluídos três zeros e, obviamente, voltando a valer a fração representada por dois zeros depois da vírgula, os centavos. Esse período de transição para simplificação da moeda durou até 1970 quando o padrão monetário voltou a se chamar “Cruzeiro”.

O “Cruzeiro” de 1970 sofreu nova mutilação em agosto de 1984 quando já com seus centavos de valor inexpressivo foram eliminados até 27 de fevereiro de 1986, quando foi, então, instituído o famoso “Cruzado”, de triste memória, de vida efêmera, (28/02/86 a 15/01/89), com exclusão de três zeros. Cada mil cruzeiros (Cr$ 1.000,00) passaram a valer um “Cruzado” (CZ$ 1,00). Novamente substituído em 16 de janeiro de 1989 pelo “Cruzado Novo” (NCz$ 1,00) também com eliminação de três zeros, com o valor de mil cruzados (Cz$ 1.000,00).

Nova modificação, em 1990, sem exclusão de zeros, em sarcástica e cínica manobra de empulhação contra 10 por cento da população (14.000.000) quatorze milhões de almas, onde misturaram-se pessoas humildes e da classe média com os mais potentados empresários e aí incluídos, também, sonegadores, especuladores, contraventores, traficantes, contrabandistas, etc.

O engenhoso e matreiro “Plano Brasil Novo”, da trinca Collor, Kandir e Zélia, para tirar dinheiro de circulação – que a princípio parecia inteligente e viável embora arbitrário e covarde – criou duas moedas: o confiscado “Cruzado Novo” e o “Cruzeiro”, este robusto e valente, dez dias depois do “plano” voltou aos bolsos dos marajás e privilegiados de várias estirpes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, incluídos aí os titulares de várias aposentadorias estipendiadas pelos cofres públicos. Perguntem a esses marajás (cinco ou seis “bocas”), por exemplo, quantos dias eles levaram para refazer seu capital disponível.

Para o golpe baixo de estelionato eleitoral – bem dentro do figurino brasileiro – foram usados torpes e engenhosos artifícios acusatórios contra opositores; argumentos hilariantes, não fossem cínicos, procurando manobrar uma massa de cento e vinte e seis milhões (126.000.000), noventa por cento (90%) dos brasileiros apelidados de “descamisados” (o percentual foi estimado pelos próprios malabaristas do golpe). Estas manobras, depois das mentiras perpetradas contra toda a população, fazem lembrar o processo utilizado pelo nazi fascismo, conhecido de todos, de antes da Guerra.

Este golpe do “Plano Brasil Novo” (1990), posto em prática com o legislativo funcionando, deixou muitos democratas descrentes da assertiva de que o Congresso é o esteio das instituições e da liberdade... Até que as dúvidas são compreensíveis...

Em agosto de 1993, já com o desportista “presidente” Collor alijado do poder conquistado através de deslavadas mentiras e trampolinagens, foi criado o “Cruzeiro Real” pela equipe do engraçado e carnavalesco presidente Itamar Franco.

Hoje circula no Brasil o Real (R$) que foi instituído no dia 1º/07/94 depois de um processo de transformação do “Cruzeiro Real” em URV (Unidade Real de Valor) que entrou em prática no mês de março de 1994, com reajustamento diário pelo dólar até abranger 2.750 URVs por dólar. Da noite para o dia, isto é, 30/06/94 para 1º/07/94, 2.750 URVs passaram a valer um real (R$ 1,00) com “valor” superior ao dólar. Esta sobrevalorização cambial ainda não foi devidamente esclarecida assim como duvidosos foram os propósitos para a escolha do dia 1º/07/94, vésperas da eleição presidencial, para entrar em vigor o real.

E, assim, envoltos em golpes e dúvidas vão vivendo, ou sobrevivendo, os brasileiros ao sabor dos caprichos de uma elite política incapaz quando não mal intencionada e safada.

*Jorge Marinho Falcão*

*.*